

SHA - CÂMARA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS, LETRAS E ARTES ( PÔSTER )

NOME: ABEL CAMILO DE OLIVEIRA LAGE FILHO

TÍTULO: Escravidão: a barbárie que persiste no Brasil

AUTORES: ABEL CAMILO DE OLIVEIRA LAGE FILHO, CECÍLIA MARIA VIANA CAMILO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR:

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): Funesi

PALAVRA CHAVE: Cultura escravista - Hierarquia - Relações interpessoais

RESUMO

**ESCRavidÃO: A BARBÁRIE QUE PERSISTE NO BRASIL**

Abel Camilo de Oliveira Lage Filho

Cecília Maria Viana Camilo de Oliveira

**Introdução**

Este trabalho se propôs a discutir a manutenção da escravidão contemporânea no Brasil, como uma contrapartida da modernização em curso e também como o resultado de uma cultura escravagista em que a violência que lhe é inerente e correlata tornou-se um hábito, legal e corriqueiro. A violência no Brasil como fundamento da relação de desigualdade e hierarquia possui a finalidade de imprimir a diferença com fins à dominação, na qual o sujeito é tratado como coisa. Desta forma a violência se institui pelas relações de poder, quando se convertem os diferentes em desiguais e a desigualdade em uma relação entre superior e inferior. A relevância desta pesquisa está em questionar e investigar a persistência da escravidão no Brasil, participando de um esforço de conscientização da barbárie que esta representa e da necessidade de sua erradicação.

**Metodologia**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, teses, artigos, jornais e revistas, com o intuito de fazer um levantamento e posterior análise do tema abordado. A delimitação teórica desta investigação privilegiou as áreas da Antropologia, Sociologia, Filosofia e História. A análise do processo da escravidão foi compreendida como um resultado do processo socioeconômico e cultural que se desenvolveu no período colonial e ainda persiste no Brasil contemporâneo.

**Considerações Finais**

Atualmente, os meios de comunicação de massa (televisão, jornais, rádios, revistas) veiculam constantemente matérias que ressaltam comportamentos humanos como a sujeição da população a atos de abusos físicos e psicológicos no campo e nas cidades. Estes comportamentos não são circunstanciais nem recentes, pois têm uma longa história. Até 1888, quando a escravidão foi abolida na lei, mas perdurou na práxis, a relação entre senhores e escravos se estruturava, fundamentalmente, na violência entre as partes: de um lado, a imposição do princípio de troca, o direito à propriedade de negros africanos e o exercício do poder de mando, de senhor, de dono. De outro lado a resistência, a submissão, o amoldamento às exigências da plantation escravista, do capital comercial. Na sociedade que se foi constituindo paulatinamente, a violência, estrutural e institucionalizada, estendendo-se à rotina das relações humanas, tornou-se um hábito, permitindo, ideologicamente, incutir e reforçar no imaginário social a crença de que esta violência é inerente à natureza humana. Consolidou-se assim uma ordenação social em que o poderio pessoal e a violência privada tornaram-se privilégios da classe dominante. Rotineira e naturalizada, a violência não é percebida como uma forma de privação, e o mal, banalizado, é aceito e persiste. Portanto, as relações sociais se basearam no viés anti-igualitário, prevalecendo a moral do familismo e do patronato. O sistema jurídico formalista perpetuou a concepção que a escravidão e a inferioridade são naturais. Os latifundiários, ao personificarem uma autoridade suprema, reafirmam um padrão cultural de comportamento norteado pelas relações hierárquicas baseados na desvalorização e submissão do outro, desta forma banalizam a imposição de um sistema de trabalho análogo à escravidão. O trabalhador, ao ser tratado como um ser destituído de valor político e importância social personifica as relações de poder existentes na sociedade brasileira, onde uns mandam e outros obedecem. A imprevisibilidade das ações violentas e a insuficiência e a ineficácia das medidas tomadas pelo Estado acabam por gerar no inconsciente coletivo a representação da violência como uma força cega e incontrolável. No Brasil, não há um esforço de conscientização da população para o reconhecimento da barbárie, do mal perpetrado no seu passado e no presente, e nem há um resgate crítico da sua história pelos poderes públicos para manter viva a memória da desumanidade escravista.

Palavras chave: cultura escravista, hierarquia, relações interpessoais.

**Referências:**

ARENDRT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira São Paulo: Companhia das Letras, 1999

AUDI, Patrícia. A escravidão não abolida. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (coord.) Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- CHAUÌ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. 2 v. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- ESTERCI, Neide. Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI/Koinonia, 1994.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-131.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. Rio de Janeiro: Tempo, v. 1, 1996, p. 126-141.
- NABUCO, Joaquim. A escravidão. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988, p. 62.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. As raízes do crime. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-101.
- STÉDILE, João Pedro. A luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editorial Scritta, 1993.